



FUNDAÇÃO
Ricardo
do Espírito
Santo, Silva

RELATÓRIO E CONTAS 2015

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

1. INTRODUÇÃO	1
2. ATIVIDADES 2015	5
3. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA EM 2015	12
3.1. ATIVIDADE CORRENTE	12
3.2. INVESTIMENTO	14
3.3. RECURSOS HUMANOS	14
4. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS	16
5. EVOLUÇÃO DOS SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	19
6. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS	20
7. ANÁLISE DO BALANÇO	21
8. ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
9. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	22
10. AGRADECIMENTOS	23

CONTAS 2015

BALANÇO	26
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	28
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	30
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FLUXOS PATRIMONIAIS	32
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

I. INTRODUÇÃO

Em Janeiro de 2015 iniciou-se uma nova fase da FRESS que para além da entrada em funções de um novo Conselho de Administração*, foi também o início da procura de um novo modelo de governação e de financiamento. Na sequência da crise ocorrida em Agosto de 2014 com o principal mecenas e subseqüentes dificuldades sentidas no último trimestre de 2014, tornou-se indispensável um reforço de financiamento bancário e a procura urgente de soluções alternativas ao modelo até aí existente, dado estar em causa a sustentabilidade da Fundação.

O ano de 2015 ficou assim marcado pela necessária e vital captação de receitas próprias capazes de assegurar de imediato o pagamento de salários e contribuições ao Estado, permitindo ganhar credibilidade junto dos clientes e mercados potenciais, bem como de capacitar internamente a FRESS para a solidificação de parcerias institucionais que, no entendimento do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores, eram vitais para uma mudança no modelo de governação que se desejava partilhado.

Nesse sentido, e tendo como linha orientadora para o futuro o cumprimento da missão e a salvaguarda do projeto cultural e patrimonial que a FRESS assegura no contexto nacional e internacional, foi criado um grupo de trabalho com representantes da FRESS, da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e da Câmara Municipal de Lisboa (CML) com o objetivo de identificar a melhor forma de reposicionar a Fundação num novo modelo de gestão, tendo como base parcerias institucionais sólidas e duradouras.

Na sequência dos acordos de colaboração e parceria celebrados - com a CML em Julho de 2015, e renovado em Junho de 2016, e com a SCML, protocolo negociado ao longo do segundo semestre de 2015 e assinado já em 2016 - a Fundação viu resolvido o seu modelo de governação que originou uma alteração na composição dos órgãos sociais já em Junho de 2016**.

Durante o ano de 2015 a problemática da sustentabilidade e a necessária contenção de despesas levou a uma redução de colaboradores efetivos, provocada não por despedimentos mas por rescisões de contratos de iniciativa de alguns funcionários e pela não renovação de alguns contratos a prazo. A solução encontrada para colmatar a falta de mão-de-obra sentida, fruto das várias encomendas ocorridas e que garantiram em boa parte o equilíbrio financeiro, foi o recurso a *outsourcing* de técnicos especializados, na sua maioria ex-alunos com formação qualificada.

Internamente o controle das despesas de funcionamento obrigou à revisão e renegociação de muitos contratos de fornecimento, à redução de colaboradores externos, à concentração dos vários espaços de armazenamento e a um maior rigor na utilização das várias matérias-primas e controle de desperdícios bem como dos stocks existentes.

Uma das soluções encontradas para maximizar as receitas próprias, num menor prazo possível, foi retomar projetos parados, alguns com exigência de controle do projeto total (chave-na-mão), e que não tiveram anteriormente seguimento por falta de negociação de preço, de prazos e de capacidade de resposta. A gestão de clientes particulares nacionais e

alguns internacionais de maior exigência passaram para o nível de projetos especiais, geridos diretamente pelo Conselho de Administração, que obrigaram este órgão a uma maior participação na área comercial.

Esta orientação e capacidade de gestão do projeto chave-na-mão contribuiu para manter em funcionamento a FRESS e todas as suas estruturas, apesar das muitas dificuldades encontradas, nomeadamente no que à ESAD – Escola Superior de Artes Decorativas e no Instituto de Artes e Ofícios diz respeito, causadas pelo acumular de situações anteriores não resolvidas – nomeadamente em conformidade com os repetidos avisos de adaptação e cumprimento das exigências legais em termos curriculares, de instalações e de equipamentos – dificuldades que se deterioraram e agravaram com a elevada diminuição de alunos inscritos, um dos efeitos colaterais dos acontecimentos de 2014.

Decidiu o Conselho de Administração promover uma reestruturação a vários níveis para a implementação de um necessário e novo modelo de gestão que deveria procurar expandir, diversificando e inovando as fontes de receitas próprias, quer na produção de manufatura nas oficinas e na conservação e restauro, quer nas escolas e mesmo no Museu, apesar da sua prioritária missão cultural. Para esta desejada reestruturação foram alteradas orgânicas internas de funcionamento, métodos de coordenação oficial com maior responsabilidade devolvida aos chefes de secção e implementado um modelo de seleção qualitativa para direções de departamentos, como foi o caso do concurso para direção do departamento de conservação e restauro.

A impossibilidade de financiamento para investimento nas áreas de gestão de produção, financeira, comercial e de marketing, na promoção, divulgação e participação em eventos culturais e comerciais foi parcialmente colmatada com um enorme esforço interno a nível dos escassos recursos existentes, bem como da atividade nacional em parceria com outras instituições.

Foi também iniciado o processo de inventariação e valorização dos vários patrimónios internos da Fundação, fruto dos 63 anos de existência e da produção oficial, a saber: inventários de moldes de serração, modelos, protótipos, ferramentas e conferência de desenhos técnicos, que se viriam a terminar já em 2016.

A atividade desenvolvida esteve balizada nas orientações inscritas no Plano de Atividades, realizado já em pleno ano de 2015, que assumiu a continuidade de algumas decorridas em 2014. No entanto, fruto das dificuldades vividas, algumas só puderam realizar-se em função das oportunidades e das parcerias conseguidas.

Ressalta da atividade desenvolvida ao longo do muito difícil ano de 2015 uma extraordinária capacidade de entendimento interno e compreensão pela necessária salvaguarda do projeto, quer pela parte de funcionários, mas também pela constante articulação e mediação entre os órgãos sociais da FRESS e as muitas entidades, públicas e privadas, com quem foi necessário definir e reorientar estratégias.

NOTAS:

*** Composição dos órgãos sociais da Fundação em Janeiro de 2015**

Conselho de Curadores

Dr^a Maria João Espírito Santo Bustorff Silva (em Presidência alternada)

Dr^a Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto (em Presidência alternada)

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Dr. José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Dr. Luís Manuel Roque de Pinho Patrício

Dr^a Maria Salgado Poppe Almeida de Carvalho

Dr. Nuno Espírito Santo Leite de Faria

Conselho de Administração

Dra. Maria da Conceição Alves Amaral, Presidente e Administradora executiva

Dr^a Ana Rita Leite de Faria Horta e Costa Calvi di Bergolo, Administradora não executiva

Dr^a Vanessa Fiúza Salgado Gonçalves da Costa, Administradora não executiva

Fiscal Único

Nomeado em Maio de 2015

• Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados

Dr. José Maria Ribeiro da Cunha

À data da realização deste Relatório

**** Alteração ocorrida em Junho de 2016**

Conselho de Curadores

Dra. Maria João Espírito Santo Bustorff Silva, Presidente

Dra. Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto

Dra. Helena do Canto Lucas

Dra. Leonor Araújo

Dra. Inez Ponce Dentinho

Dra. Margarida Montenegro Carneiro

Dr. António José Lopes da Costa

Dra. Maria Salgado Poppe Almeida de Carvalho

Dra. Ana Rita Leite de Faria Horta e Costa Calvi di Bergolo

Dr. José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Dr. Luís Manuel Roque de Pinho Patrício

Conselho de Administração

(Prazo de duração do mandato: 2016-2021)

Dr. Edmundo Martinho, Presidente

Dra. Maria da Conceição Alves Amaral, Administradora

Dra. Vanessa Fiúza Salgado Gonçalves da Costa, Administradora não executiva

Dr. Manuel de Lemos Bairrão Oleiro, Administrador não executivo

Dr. Francisco José Capelo Ramos do Rosário, Administrador não executivo

Administradora Executiva

(Prazo de duração do mandato: 2016-2021)

Dra. Maria da Conceição Alves Amaral

Fiscal Único

(Prazo de duração do mandato: 2015-2020)

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados - SROC



2. ATIVIDADES 2015

A concretização dos objetivos e as atividades previstas para este ano foram fortemente condicionadas pelas restrições de financiamento quer mecenático, quer público. O ano de 2015 foi um ano de transição onde a procura de resposta às emergências de tesouraria condicionou o regular desenvolvimento de atividades e motivou, por outro lado, algumas iniciativas destinadas prioritariamente a responder à muito difícil situação financeira com que se iniciou o ano.

Foram levadas a cabo muitas das ações de continuidade e foi dada sequência a todos os compromissos anteriormente assumidos, nomeadamente as obras de conservação e restauro em curso, algumas já quase totalmente pagas. Em articulação com o Conselho de Curadores foram tomadas todas as diligências no sentido de tentar obter novos apoios mecenáticos, quer de empresas, quer de particulares, e preparadas as linhas orientadoras para as parcerias que se vieram a celebrar durante 2015.

Para alguns projetos previstos e numa tentativa de estabilizar algum financiamento por esta via, foram submetidas três candidaturas ao fundo internacional da fundação Patrick & Lina Drahi nomeadamente para a reabilitação dos edifícios, linha editorial própria e criação de equipa de marketing e novo site. Infelizmente nenhuma das candidaturas veio a ser vencedora. A nível nacional e em conjunto com a equipa da Deloitte, foi desenvolvido um plano de ação para realizar candidaturas para dinamização da área da Internacionalização, Inovação e Empreendedorismo Empresarial, ao mesmo tempo que decorriam outras tentativas de financiamento e apoio institucional.

Esta permanente procura e necessidade de angariação de receitas, implicou o desenhar de uma nova estratégia de sustentabilidade da FRESS que se estendeu, entre outros aspetos, à recuperação de anteriores projetos e de anteriores clientes, na tentativa de diversificação de novos mercados e clientes internacionais, o que se veio a demonstrar altamente positivo.

Simultaneamente, um grande esforço foi feito para o desenvolvimento de um posicionamento comercial mais agressivo e proativo, procurando ancorar-se na qualidade do trabalho, bem como na capacitação interna para uma maior competitividade através da diminuição dos tempos de execução bem como um sistema de orçamentação mais exigente.

Este posicionamento comercial, implicou a realização de um plano de ação que, dados os constrangimentos financeiros, se limitou a uma reorganização interna e a um maior acompanhamento direto por parte do Conselho de Administração que se tornou também um angariador de novos clientes. Esta interatividade direta permitiu melhorar processos na produção de manufatura de obra nova que foi um dos eixos de sustentabilidade durante o ano e que sabemos sê-lo para o futuro.

No que diz respeito à Comunicação e Divulgação das várias áreas comerciais e à consolidação da imagem no mercado, apesar dos esforços envidados, o resultado não foi o desejado dada a deficiente e praticamente inexistente equipa para dinamizar essas áreas tão necessárias e vitais para a FRESS. Mas refira-se, em abono da verdade, que em circunstâncias

tão adversas, se conseguiu, apesar de tudo, uma afirmação de vitalidade, de capacidade de resposta ao mercado, que contribuiu para reforçar a imagem da FRESS.

Museu de Artes Decorativas Portuguesas

O Museu prosseguiu a sua atividade regular destinada a um público alargado e simultaneamente, em permanente articulação com os diferentes departamentos, desenvolveu as áreas de comunicação e divulgação do projeto cultural e realizou algumas exposições temporárias e eventos de grande público.

- Prosseguiu o esforço de conservar e restaurar o acervo com recurso aos técnicos internos e foi assegurada alguma manutenção e qualificação do edifício. Neste âmbito, foi elaborada uma candidatura para a reabilitação dos edifícios do Largo das Portas do Sol ao fundo internacional da fundação Patrick & Lina Drahi.
- Foi feito o acompanhamento do processo de classificação da coleção inicial doada por RESS e que decorre por parte da DGPC – SEC.
- Foram realizados os textos/conteúdos para uma publicação sobre os Têxteis do acervo – com coordenação científica de Maria João Ferreira, do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova.
- Foi dada continuidade às várias parcerias nacionais e internacionais para a investigação desenvolvida nos últimos anos sobre o acervo museológico. A saber: com a DGPC, Museu Nacional de Arte Antiga, Museu Nacional do Azulejo, Victoria & Albert Museum e com o CHAM – Centro de História Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova.
- Foi confirmada a integração e participação na *Network of the Applied Arts Museums*, por iniciativa do MAK – *Austrian Museum of Applied Arts*, em articulação com outras organizações, entre as quais o *Victoria & Albert Museum* e o *Musée des Arts Décoratifs* de Paris.
- Prosseguiu a estratégia de integração do Museu na cidade e nos bairros vizinhos em colaboração com artistas e artesãos e instituições de que se destaca a Câmara Municipal de Lisboa, a EGEAC, o Agrupamento Escolar do Castelo, Junta de Freguesia de Santa Maria Maior.
- Foi assegurada a promoção e divulgação do acervo artístico exposto, salientando a sua importância para a história das artes decorativas e do colecionismo português, bem como do saber-fazer tradicional existente nas Oficinas, através da realização de visitas guiadas, oficinas criativas e acções específicas para escolas e grupos particulares.
- O Serviço Educativo dirigido a públicos escolares prosseguiu a sua actividade com Ateliês e Visitas, tendo sido intensificada a visita única 'Museu + Oficinas', e organizados Ateliês de Férias escolares na Páscoa, no Verão e no Natal.

Foram realizadas as seguintes exposições temporárias:

- 1) *A Marcha do Castelo*, em parceria com a Associação FAS, um projeto com apoio do programa Bip-Zip.
- 2) *Artémis – la comédie humaine*, com peças de alta costura da estilista Fukuko Ando.
- 3) *Os Mestres e seus Ofícios*, em colaboração com Bainha de Copas, 28 de Maio de 2015

Participámos, através da cedência de peça do acervo, na exposição:

“De Roma para Lisboa. Um Álbum para o rei Magnânimo”, Museu de São Roque em Junho, com o empréstimo da pintura de “D. João V”, atribuído a Pierre Antoine Quillard

Conferências temáticas

“A Marcha do Castelo”, Associação FAS, Junho

“Uma viagem ao interior das madeiras”, Lázaro B. da Silva, 23 Julho

Em articulação com a ESAD – Escola superior de Artes Decorativas:

“O modo como os padrões respiram”, Inês Wijnhorst, 15 de Abril

“Os azulejos da Quinta dos Chavões do séc. XVII, José Meco, 20 de Maio

“A Talha Indo-Portuguesa”, José Meco, 17 de Junho

“Estuques Indo-Portugueses”, José Meco, 8 de Julho

Eventos internacionais realizados no Museu

- 1) Jornadas Europeias das Artes e Ofícios, 27, 28 e 29 Março
- 2) Dia internacional dos Museus, 18 de Maio
- 3) Jornadas Europeias do Património, 25, 26 e 27 de Setembro
- 4) Dia Europeu das Fundações e dos Doadores, 1 de Outubro
- 5) Semana Europeia da Ciência e Tecnologia, 27 de Novembro

Participação em eventos nacionais

- Feira do Património, Coimbra, 9 a 11 de Outubro
 - Apresentação da FRESS e atividades de promoção do saber-fazer em artes e ofícios em espaço cedido gratuitamente pela SPIRA.
 - Conferência “A arte de Saber-Fazer em ofícios tradicionais: inovação e criação artística”, Conceição Amaral, Feira do Património, Coimbra, 10 de Outubro

Eventos comerciais

- Venda Privada de artigos manufaturados, no Porto, Palácio das Artes, Janeiro
- Venda de Natal, no Museu de Artes Decorativas Portuguesas, Dezembro
- "Open day" com decoradores e profissionais da decoração para apresentação de capacidade de projectos em parceria, Museu de Artes Decorativas, Julho

Conservação e Restauro do acervo

- Foi dada continuidade à conservação e restauro do acervo em peças com degradação visível e urgente. Algumas intervenções mais delicadas:
 - Conservação e hidratação de todas as peças em couro;
 - Limpeza, consolidação da moldura e douramento da pintura "D. João V"
 - Estojo de talheres de mesa, Inv. 480.
- Finalização da intervenção nos azulejos na escadaria e entrada do museu;
- Conservação preventiva do acervo do Museu em colaboração com o Departamento de Conservação e Restauro e Oficinas.

Escolas

A ESAD – Escola Superior de Artes Decorativas e o IAO – Instituto de Artes e Ofícios prosseguiram o seu funcionamento, apesar das muitas vicissitudes e dificuldades crescentes e do escasso número de alunos, situação que se tem vindo a agravar nos últimos anos, também efeitos colaterais resultantes da queda do principal mecenas. Fruto do resultado da análise e reflexão levada a cabo pelo Grupo de Trabalho para a Estratégia de Ensino e Formação Profissional da FRESS, o documento "Linhas gerais para a reestruturação do ensino e formação profissional na FRESS", que tinha sido entregue no ano anterior, foi analisado pelo Conselho de Administração e levado em linha de conta na procura de respostas adequadas para ambos os equipamentos. Fruto de alterações entretanto ocorridas, não foi possível implementá-lo integralmente.

No que ao IAO – Instituto de Artes e Ofícios diz respeito, foi regularizado o seu funcionamento enquanto estabelecimento de ensino profissional, envolvendo recursos técnicos obrigatórios na área pedagógica. Foi também iniciado um processo de Certificação da Formação em Artes e Ofícios para a FRESS que permitirá dar continuidade em formação EFA (Educação e Formação de Adultos com Dupla Certificação), em Formação Modular e lhe dará igualmente a possibilidade de vir a ministrar Cursos de Especialização Tecnológica. O IAO, tal como foi criado e tal como funcionou até agora, deixará de existir com esta certificação aprovada.

O ano de 2015 ficou também marcado pela necessidade de desocupar as instalações cedidas pelo NOVO BANCO para a ESAD – Escola Superior de Artes Decorativas, em Alcântara e pela procura de um novo espaço que reunisse todas as exigências legais para instalação de escola do Ensino Superior Politécnico. A solução prevista e apresentada à DGES, de juntar no mesmo espaço, na Calçada de São Vicente, a ESAD e o IAO não reuniu as condições necessárias.

Aumentar as receitas próprias através da realização de Cursos Livres, quer na ESAD, quer no IAO, foi uma prioridade. Foram realizados 4 Cursos Livres: Sketchup, Douramento, Encadernação e Empalhamento.

O final do ano ficou também marcado pelas visitas de inspeção e avaliação realizadas com a A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, cujos relatórios de apreciação foram no sentido de não acreditar os ciclos de estudo dadas as fraquezas detetadas.

Apesar das dificuldades sentidas e das incertezas, o ano letivo em ambas as escolas decorreu com normalidade. Foi dada sequência aos protocolos de parcerias estabelecidos para formação nas disciplinas práticas na Licenciatura em Conservação e Restauro e no Curso de Especialização Tecnológica em Mobiliário. Incluem-se neles as seguintes entidades: Direção Geral do Património Cultural, Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Igreja dos Paulistas, Igreja Paroquial das Mercês e Hospital de São José.

Oficinas e Departamento de Conservação e Restauro

- Foram admitidos técnicos altamente especializados em áreas oficiais muito deficitárias de recursos técnicos e onde recaíram encomendas de maior volume. A saber: na Latoaria, na Cinzelagem e nos Embutidos.
- Subcontratação de mão-de-obra de ex-alunos do IAO para apoiar as diversas oficinas sempre que necessário, demonstrando a importante ligação das oficinas à escola;
- Foi dada continuação à criação de edições limitadas de mobiliário e outras com assinatura de artistas contemporâneos.
- Prosseguiu em 2015 a constante articulação entre o Departamento de Conservação e Restauro e as Oficinas de forma a suprirem as várias necessidades de mão-de-obra. Nessa dinâmica destacam-se as seguintes obras emblemáticas:
 - 1) A obra de conservação e restauro da Farmácia Islâmica pertencente ao acervo do Museu da Farmácia no Porto.
 - 2) A obra de conservação e restauro do Fogão de Sala da Casa *Fourdinois*, da Câmara Municipal de Oeiras
 - 3) Conservação e Restauro de peças de mobiliário, de metal e documentos gráficos para o Museu da Moeda, em Luanda, com deslocação de 3 técnicos especializados durante 3 semanas.

Internacionalização

Dada a deficiente capacidade financeira vivida ao longo do ano não foi realizada qualquer participação em Feiras ou eventos culturais / comerciais fora de Portugal. No entanto:

- Foram iniciadas e retomadas outras estratégias para os mercados internacionais, numa primeira fase pensadas em parceria, e que deverão ser apresentadas em conjunto com outras soluções num Plano Comercial & Marketing bem como um Plano de Internacionalização que estão a ser desenvolvidos pelo Conselho de Administração.
- Prosseguiu a consolidação de contatos e de clientes emblemáticos.
- Representação e participação nas reuniões da EUROPA NOSTRA - participação nas reuniões do júri Internacional para os Prémios de Património.

Projetos Especiais e Candidaturas

- Foram desenvolvidas e apresentadas propostas de captação de parceiros para o projeto de renovação de mestres "Artes e Ofícios: transmissão geracional do saber-fazer" a instituições culturais tais como a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Agha Khan para o desenvolvimento.
- Foi desenvolvido e apresentado ao público o projeto, desenvolvido em parceria com a marca Bainha de Copas, para a criação de uma linha de peças de vestir, de edição limitada, inspirada nos ofícios portugueses e que se tornou um projeto comercial.
- Foram elaboradas 3 candidaturas a fundos da Fundação Patrick & Lina Drahi para:
 - Reabilitação dos edifícios do Museu e das Oficinas (coberturas e fachadas)
 - Linha editorial sobre Artes Decorativas
 - Projeto de novo site institucional e equipa de comunicação.

Prémios

No âmbito da participação na Feira do Património realizada em Coimbra, no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Outubro, a FRESS participou com um espaço dedicado ao tema: Património Imaterial e Formação.

Da avaliação feita pelo público e pelo júri, composto por representantes da Fundação Millenium bcp, do Salon du Patrimoine Culturel, da Direção Geral do Património Cultural, da Junta de Castela e Leão, da AICEP e da Delegação dos Emirados Árabes Unidos, foi atribuído à FRESS o PRÉMIO INTERNACIONALIZAÇÃO.

Recursos Humanos

Apesar da grande necessidade de preenchimento de direções técnicas em diferentes áreas e tal como previsto no Plano de Atividades, a situação financeira vivida não permitiu esse reforço a nível de recursos humanos e apenas se deu seguimento ao preenchimento do cargo de direção do Departamento de Conservação e Restauro dada a inexistência de quadros técnicos altamente especializados para realização de propostas e acompanhamento científico das intervenções. Este processo, lançado em Julho, decorreu com alguma morosidade devido à quantidade de candidaturas recebidas (14) e consequente entrevista de validação de competências.

A nível da coordenação técnica das oficinas e da produção foi feito um reajustamento de competências internas e de distribuição de responsabilidades junto dos chefes de secção.

O recurso a mão-de-obra exterior em regime de *outsourcing* foi a solução encontrada sempre que necessário, devido ao acréscimo de encomendas.

A necessidade de reforçar as direções Comercial, Produção, Marketing e Financeira mantém-se e será certamente uma prioridade para o desenvolvimento da capacidade interna de angariação de mais clientes e aumento de receitas próprias e nas prestações de serviço qualificado.

3. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA EM 2015

3.1. ATIVIDADE CORRENTE

A necessidade de garantir a sustentabilidade económica e financeira da Fundação implicou, tal como se previu no Orçamento de 2015, uma aposta no aumento das receitas próprias (vendas e prestações de serviços) e numa gestão rigorosa das rubricas dos gastos correntes.

(euros)

QUADRO – I	2014	2015	Variação
• Vendas e prestação de serviços	1.236.044	1.827.889	591.845
• Subsídios	1.025.783	574.539	(451.244)
• Variação nos inventários da produção	(236.900)	(223.049)	13.851
• Trabalhos para a própria empresa	6.718	12.267	5.549
• Outros rendimentos e ganhos	63.479	28.886	(36.593)
	<u>2.095.124</u>	<u>2.218.532</u>	<u>123.408</u>
• Custo de mercadorias e matérias-primas	42.553	299.276	256.723
• Fornecimentos e serviços externos	677.733	835.740	158.007
• Gastos com o pessoal	1.869.490	1.737.242	(132.248)
• Imparidades de dívidas a receber	12.110	33.032	20.922
• Imparidades de Inventários	228.991	(12.403)	(241.394)
• Outros gastos e perdas	68.864	167.319	98.455
	<u>2.899.741</u>	<u>3.060.206</u>	<u>160.465</u>
• Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(804.617)	(841.673)	(37.056)
• Gastos/ reversões de depreciações e de amortizações	142.161	140.925	(1.236)
• Resultado operacional	(946.778)	(982.598)	(35.820)
• Juros e gastos similares (líquido)	131.688	148.748	17.060
• Imposto s/rendimento do período	-	326	326
• Resultados líquidos	(1.078.466)	(1.131.672)	(53.206)

Os resultados líquidos apurados em 2015 agravaram-se ligeiramente comparativamente com o ano anterior. Globalmente quer os rendimentos, quer os gastos sofreram um aumento de 5,9% (123 mil euros) e de 5,5% (160 mil euros), respetivamente, o que conduziu a um agravamento do EBITDA em 4,6% (37 mil euros).

Para tal contribuíram principalmente os seguintes fatores:

- (i) O aumento das receitas próprias (vendas e prestações de serviços) na ordem dos 48% (592 mil euros) foi em grande parte absorvido pela diminuição ocorrida na rubrica dos subsídios, com uma perda de 44% (451 mil euros);
- (ii) O aumento do custo das mercadorias e matérias-primas num valor que ascendeu a 257 mil euros (603%), bem como o aumento dos fornecimentos e serviços externos na ordem dos 158 mil euros (23%);
- (iii) A contenção dos encargos com o pessoal com uma diminuição de 7%, equivalente a cerca de menos 132 mil euros.

Taxa de crescimento anual

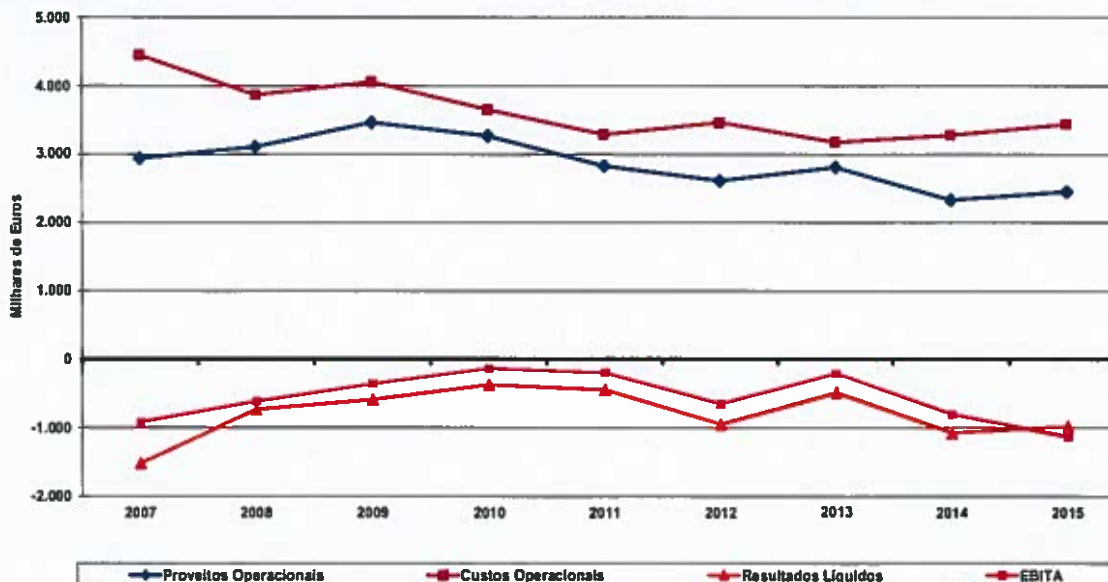
QUADRO - 2	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas próprias (a)	- 21.6%	- 1.8%	- 22.8%	0.5%	47.9%
Custos operacionais (b)	- 10.7%	2.2%	- 6.8%	- 9.3%	10.9%
EBITDA	- 43.2%	- 155.4%	67.2%	- 274.7%	- 4.6%
Resultados líquidos	- 19.9%	- 76.3%	48.3%	- 118.5%	- 4.9%

(a) Vendas + Prestação de Serviços/ não inclui subsídios e mecenato

(b) Despesas c/ pessoal + FSE + custo de mercadorias e matérias-primas

Em 2015 verificou-se um aumento significativo das receitas próprias e um aumento dos custos operacionais, agravando-se ligeiramente o EBITDA e os Resultados Líquidos.

GRAFICO 1



QUADRO - 3	Resultados (10 ¹ euros)								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proveitos operacionais	2.938	3.106	3.464	3.271	2.833	2.611	2.811	2.332	2.454
Custos operacionais	4.452	3.874	4.058	3.652	3.289	3.463	3.174	3.279	3.437
Resultados operacionais (a)	- 708	- 678	- 569	- 326	- 390	- 851	- 364	- 947	-983
Resultados líquidos	- 1.514	- 768	- 594	- 381	- 456	- 954	- 493	- 1.078	-1.132

(a) Resultados antes de imposto e juros

3.2. INVESTIMENTO

Na ausência de um orçamento de investimento, por insuficiência de verbas para o efeito, no ano de 2015 foi ainda assim possível efetuar trabalhos para a própria entidade num valor que ascendeu a 12 mil euros, nomeadamente na conservação e restauro do acervo do Museu.

3.3. RECURSOS HUMANOS

Em termos de recursos humanos, no ano de 2015 houve uma diminuição do número de trabalhadores, tendo ocorrido 6 admissões e 15 demissões.

As demissões ficaram a dever-se a reforma (5), à cessação do contrato (4), ao falecimento (1), à cessação da cedência de interesse público (1) e por acordo mútuo (4). As entradas visaram colmatar algumas lacunas decorrentes das saídas, designadamente em áreas com encomendas asseguradas.

QUADRO - 4	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Trabalhadores (1 Jan.)	116	109	109	113	111	112	113	104	104
Número médio	112	105	107	106	105	106	101	103	97
Trabalhadores (31 Dez.)	109	109	113	113	112	113	104	104	95
Permanentes (31 Dez.)	104	105	108	106	104	106	99	103	92
Idade média (anos)	44.4	44.5	44.6	44.62	47.8	47.2	47.52	48.11	47,81
Nível de habilitações (a)	16.67%	20.37%	25.66%	25.66%	26.79%	27.43%	23.08%	24.04%	24,21%

(a) % de ensino superior

Em 2015 aumentou ligeiramente o nível médio de habilitações aferido pelo indicador de licenciatura e escolaridade. A melhoria do nível de habilitações fica a dever-se à progressiva saída, por reforma, dos antigos mestres e oficinais, que têm sido substituídos em parte por técnicos formados nas nossas escolas.

Em termos de custo com as remunerações e encargos sociais, o ano de 2015 apresenta uma redução de 6,3% relativamente ao ano anterior.

Remunerações e Encargos Sociais

QUADRO - 5	Valor (10 ³ euros)	Varição Anual
2005	1.902	
2006	2.057	+ 8.1%
2007	2.159	+ 4.9%
2008	2.089	- 3.2%
2009	2.032	- 2.7%
2010	2.011	- 1,0%
2011	1.987	- 1,2%
2012	2.063	+ 3.8%
2013	1.891	- 8.3%
2014	1.849	- 2.2%
2015	1.732	-6.3%

(*) remunerações + encargos s/ remunerações + seguros de acidentes no trabalho + acção social

A redução das despesas com pessoal conjugado com o acentuado aumento das receitas próprias permitiu que estas suportassem por inteiro as despesas com pessoal, conforme apresentado no rácio receitas próprias/ despesas com o pessoal.

QUADRO - 6	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas próprias/ Despesas com pessoal	0.66	1.01	1.22	0.98	0.81	0.77	0.62	0.66	1.05
Receitas próprias / p.t. (a)	13.60	20.80	24.30	19.60	15.60	15.60	12.20	12.00	18.84

(a) média em milhares de euros

4. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS ^a

As receitas próprias em 2015 tiveram um aumento na ordem dos 48% comparativamente com o ano anterior, resultado da alteração estratégica implementada relativamente à presença da FRESS nos seus mercados atuais e potenciais, com o intuito de se ultrapassar a forte exposição da sustentabilidade económica da Fundação aos apoios mecenáticos e institucionais com que contou no passado.

Com efeito, desde 2010 que as receitas próprias registavam quebras anuais significativas, tendência alterada no ano anterior, conforme quadro abaixo.

Evolução anual das Receitas Próprias

2010/2009	- 20.4%
2011/2010	- 21.6%
2012/2011	- 1.8%
2013/2012	- 22.8%
2014/2013	0.5%
2015/2014	47.9%
2015/2009	- 29.8%

Comparativamente com 2009 (ano de referência), as receitas próprias em 2015 ficaram abaixo 30%, o equivalente a uma perda de cerca de 777 mil euros de receita no ano.

Receitas próprias comparativamente com 2009 (euros)

2010	- 532.038
2011	- 980.691
2012	- 1.010.651
2013	- 1.374.602
2014	- 1.368.503
2015	-776.658
	-6.043.143

Nos últimos seis anos a perda global acumulada de receitas próprias foi da ordem dos 6 milhões de euros, comparativamente com o valor atingido em 2009.

Apesar da perda de receita em 6 milhões de euros, o endividamento bancário no final de 2015 traduzido pelo saldo da conta caucionada era de 3 milhões de euros.

Em suma, a Fundação ao longo destes seis anos encontrou internamente capacidade para acomodar 50% da quebra de receitas próprias, sobretudo através de uma política de forte

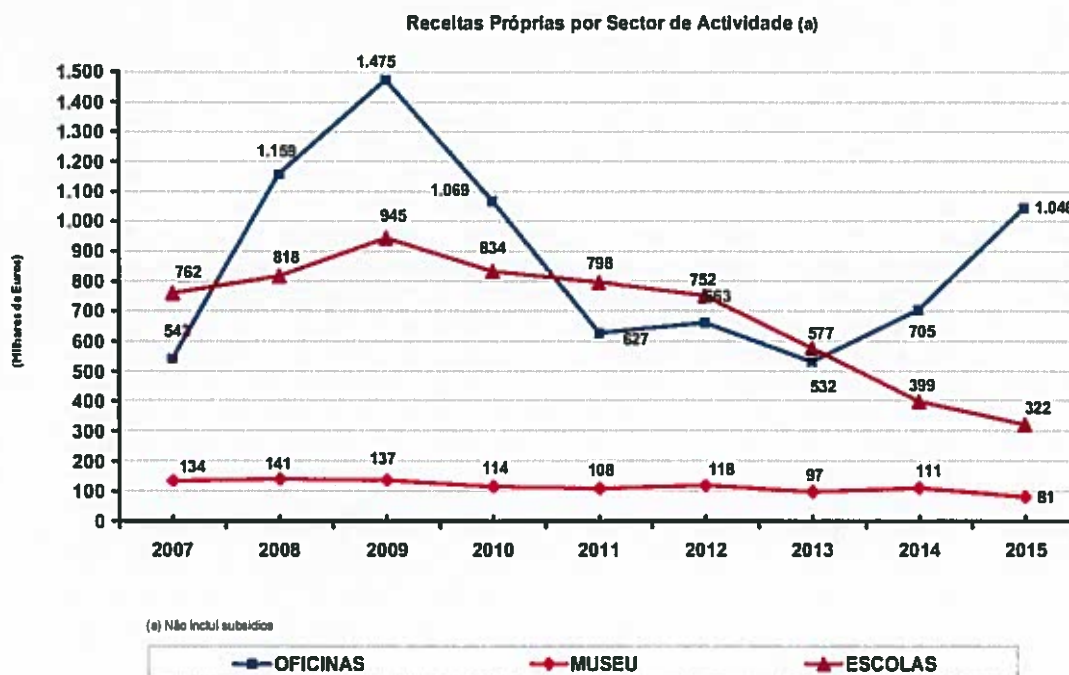
^a Para este efeito, não se consideram os subsídios e outros apoios como receitas próprias.

contenção de custos, designadamente no capítulo das despesas com o pessoal e dos fornecimentos e serviços externos.

Conforme quadro abaixo o aumento das receitas próprias ocorreu na rubrica das Vendas, essencialmente devido à venda de produto acabado e mercadorias para mercado externo, no âmbito de projectos "chave na mão".

(euros)

QUADRO - 7	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Vendas	319.731	406.164	310.547	451.494	334.534	211.149	353.059	395.884	1.081.408
Prestação de serviços	1.180.909	1.780.7249	2.293.999	1.621.218	1.289.525	1.382.950	852.644	819.091	729.646
Proveitos suplementares	2.824	317	204	-	-	-	24.445	21.069	16.835
	1.503.464	2.187.205	2.604.750	2.072.712	1.624.059	1.594.099	1.230.148	1.236.044	1.827.889



A análise da composição e evolução das receitas próprias por setor de atividade evidencia no exercício de 2015 uma aumento nas Oficinas e uma diminuição no Museu e nas Escolas.

(euros)

QUADRO - 8	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
OFICINAS									
• Obra nova	273.658	344.167	249.750	409.977	306.557	171.793	319.572	363.803	701.203
• Restauro	269.215	815.081	1.225.405	658.854	320.791	491.215	211.945	340.797	344.702
	542.873	1.159.248	1.475.155	1.068.831	627.348	663.008	531.517	704.600	1.045.905
MUSEU									
• Entradas (a)	51.008	70.836	62.295	55.090	62.544	60.246	57.597	57.251	55.242
• Loja	42.543	60.321	63.573	41.437	27.977	39.356	33.486	32.082	18.439
• Espaços	40.882	10273	11.575	17.425	17.600	18.656	6.250	22.050	7.260
	134.433	141.430	137.443	113.952	108.121	118.258	97.333	111.383	80.941
ESCOLAS	761.571	817.844	944.945	833.584	798.639	751.597	576.853	398.993	322.442
OUTRAS									
• Serviços Diversos	64.587	68.683	50.207	56.344	89.951	61.236	24.445	21.068	16.835
• Mercadorias (Proj. "Chave na Mão")	-	-	-	-	-	-	-	-	361.766
	64.587	68.683	50.207	56.344	89.951	61.236	24.445	21.068	378.601
	1.503.464	2.187.205	2.607.750	2.072.711	1.624.059	1.594.099	1.230.148	1.236.044	1.827.889

(a) Incluindo visitas guiadas, eventos e serviço educativo

As receitas próprias em 2015 aumentaram 47,48%

	2015/2014	
	(euros)	(%)
Oficinas		
• Obra Nova	337.400	92,74%
• Conservação e Restauro	3.905	1,15%
	341.305	48,44%
Museu	- 34.442	- 27,33%
Escolas	- 76.551	- 19,19%
Outras	- 3.376	
	591.845	47,88%

A atividade das **Oficinas**, apresentou uma recuperação de 48,44% face aos valores registados em 2014, correspondendo a um aumento de receita de 341 mil euros. O acréscimo ocorreu nos dois segmentos que compõem a atividade oficial, em que a Obra Nova teve o aumento mais significativo (92,74%) e a Conservação e Restauro 1,15%.

As atividades do **Museu** em 2015 apresentam um decréscimo global de 27,33% equivalente a uma perda de receita superior a 34 mil euros. As receitas associadas às entradas em 2015

caíram ligeiramente relativamente ao ano anterior, e as receitas da loja do museu e da cedência de espaços tiveram uma quebra acentuada, na ordem dos 42,53% e 67,07%, respectivamente. As receitas do Museu representam cerca de 5% das receitas próprias da Fundação em 2015.

As receitas associadas às atividades das Escolas refletem a tendência dos anos anteriores caracterizada pela redução significativa do número de alunos. As receitas das Escolas representam 18% das receitas próprias da Fundação em 2015.

5. EVOLUÇÃO DOS SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Reflexo da crise ocorrida no BES e no GES, bem como da ainda difícil situação económico-financeira nacional e internacional, o apoio mecenático e subsídios tem vindo a decrescer, tendo sido angariado no corrente ano o valor mais baixo desde 2007, cuja discriminação consta nas notas anexas às demonstrações financeiras.

QUADRO - 9	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Estado e Outros Entes Públicos	212.551	204.740	225.828	238.572	215.205	911	143.214	151.233	471.119
Outras Entidades (a)	865.181	703.949	582.993	831.963	815.478	921.898	1.284.586	874.550	103.420
	1.077.732	908.689	808.821	1.070.535	1.030.683	922.809	1.427.800	1.025.783	574.539

(a) Inclui "Amigos da Fundação"

Em 2015 as receitas provenientes dos Amigos da Fundação tiveram uma quebra significativa relativamente ao valor atingido no ano anterior.

Ano	(euros)
2007	850
2008	900
2009	150
2010	650
2011	800
2012	600
2013	325
2014	67.680
2015	26.085

6. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

As despesas com o pessoal e com os fornecimentos e serviços externos representam cerca de 84% dos custos operacionais.

Os **Gastos com o Pessoal** baixaram em 2015 cerca de 7,1%, o equivalente a uma despesa inferior em mais de 132 mil euros.

(10³ euros)

QUADRO - 10	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Vencimentos (a)	2.153	2.083	2.019	1.997	1.980	2.048	1.881	1.830	1.715
Horas extraordinárias + Ajudas de custo	6	6	13	14	7	15	10	18	13
	<u>2.159</u>	<u>2.089</u>	<u>2.032</u>	<u>2.011</u>	<u>1.987</u>	<u>2.063</u>	<u>1.891</u>	<u>1.849</u>	<u>1.728</u>
Medicina e higiene trabalho	3	4	3	4	4	6	4	4	3
Estágios e Formação	47	68	85	72	16	1	4	13	-
Indemnizações	41	2	20	20	3	1	86	3	6
Outras	1	1	1	-	1	1	-	-	-
	<u>92</u>	<u>75</u>	<u>109</u>	<u>96</u>	<u>24</u>	<u>9</u>	<u>94</u>	<u>20</u>	<u>9</u>
Total	2.251	2.164	2.141	2.107	2.012	2.072	1.985	1.869	1.737

(a) Vencimentos + encargos sociais + subsídio de almoço + seguros + medicina e higiene do trabalho + acção social

O valor global dos **Fornecimentos e Serviços Externos** aumentou em 2015, comparativamente ao ano anterior cerca de 23%, num valor que ascendeu a 158 mil euros, aumento ocorrido nas rubricas necessárias ao incremento registado nas vendas, nomeadamente sub-contratos, transporte de mercadorias e pessoas, deslocações e estadas, honorários, trabalhos especializados e seguros.

(10³ euros)

QUADRO - 11	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
TOTAL / FSE	994	1.230	1.239	1.011	810	945	837	678	836
Honorários	479	569	657	523	433	517	368	273	321
Vigilância e Segurança	195	263	154	63	35	12	28	35	44
Limpeza	59	73	68	70	65	62	50	79	74
Electricidade + Água + Comunicações	73	73	70	71	75	82	80	84	76
Seguros	41	39	39	27	33	30	30	31	36
Rendas e Alugueres	7	21	61	85	61	74	61	74	62
Material de escritório	18	23	16	7	6	5	11	4	2
Conservação e reparação	38	43	38	35	29	20	65	21	22

(a) Honorários + Trabalho especializado + Subcontratos

7. ANÁLISE DO BALANÇO

O Quadro 12 reflete as principais rubricas já agrupadas, de acordo com as novas regras contabilísticas.

(10³ euros)

QUADRO - 12	2014	2015	variação
Activo			
• Não corrente	30.182	30.055	(127)
• Corrente	3.352	3.062	(290)
Total	<u>33.534</u>	<u>33.117</u>	<u>(417)</u>
Fundos Patrimoniais	29.509	28.377	(1.132)
Passivo			
• Não corrente	8	8	0
• Corrente	4.017	4.740	723
Total	<u>4.025</u>	<u>4.748</u>	<u>723</u>

As notas anexas às demonstrações financeiras que acompanham as contas informam do conteúdo destas rubricas e a evolução comparativamente ao ano anterior.

As necessidades de financiamento associado ao capital circulante aumentaram significativamente relativamente ao ano anterior.

(euros)

	2014/2013	2015/2014
Fornecedores correntes	1.023	300.045
Clientes	- 137.987	- 65.663
NF (capital circulante)	<u>- 139.010</u>	<u>- 365.708</u>

8. ANÁLISE DOS RESULTADOS

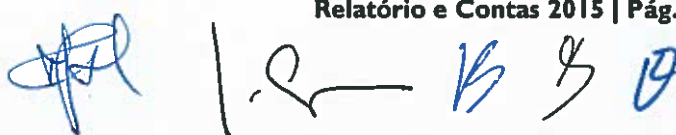
Os resultados líquidos apurados no exercício voltaram a ser negativos em valor ligeiramente superior aos do ano anterior, ficando a dever-se sobretudo aos seguintes factores:

- (i) À diminuição do mecenato recebido, provocando uma redução de 44% comparativamente com o ano anterior, o equivalente a menos 451 mil euros;
- (ii) À variação dos inventários da produção no montante que ascendeu a 223 mil euros negativos;
- (iii) Ao agravamento das imparidades em dívidas a receber cujo montante ascendeu a 33 mil euros;
- (iv) Ao diminuto apoio do Estado, via Fundo de Fomento Cultural, 140 mil euros, cobrindo apenas 4,1% do orçamento global de funcionamento;
- (v) Ao elevado peso dos encargos financeiros, cerca de 149 mil euros, com um agravamento de 13% face ao ano anterior;
- (vi) À diminuição da receita das escolas e Museu, cuja redução comparativamente com o ano anterior foi no conjunto de cerca de 107 mil (21%);
- (vii) Ao não aumento da receita, nomeadamente na área da conservação e restauro, devido à dificuldade na captação de intervenções de grande dimensão, uma vez que estas ainda se encontram suspensas ou anuladas, reflexo da paragem do investimento nacional.

9. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido apurado foi negativo em 1.131.672,40 euros (um milhão cento e trinta e um euros seiscentos e setenta e dois euros e quarenta cêntimos).

Propõe-se, face à sua natureza, que este valor seja transferido para "Resultados transitados".



10. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração não poderia deixar de agradecer a todos os que ao longo deste ano, em condições tão adversas, contribuíram, com diferentes níveis de empenhamento e dedicação, para dar continuidade aos compromissos assumidos, bem como para levar a cabo projetos iniciados e assegurar a serenidade institucional e a continuidade deste projeto cultural.

Aos funcionários, professores e colaboradores, um reconhecido agradecimento pela compreensão manifestada perante tanta incerteza e dificuldades encontradas e pela tomada de consciência da responsabilidade partilhada com os órgãos sociais.

À Comissão de Trabalhadores, sempre presente e em constante colaboração com os órgãos sociais, um reconhecimento pelo esforço e pelo contributo para o equilíbrio interno, nos momentos mais difíceis.

Aos membros do Grupo de Amigos e aos Mecenass – Esegur e Ascendi Group SGPS – um agradecimento especial pela continuidade do apoio anual e participação ativa nos nossos eventos.

À equipa da Vieira de Almeida & Associados, Sociedade de Advogados, ao gabinete de advogados Carlos Olavo & Associados, e à equipa da Deloitte Consultores, S.A., um grande reconhecimento pela colaboração e apoio *probono* em áreas tão essenciais para a FRESS e num ano de grande dificuldade e mudança.

O Conselho de Administração não poderia deixar de agradecer reconhecidamente a todos os membros do Governo que contribuíram, direta e indiretamente, para a resolução de problemas e pelas sugestões e envolvimento em algumas áreas fundamentais, nomeadamente aos Senhores Secretários de Estado da Cultura e Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional pelo envolvimento direto na discussão de estratégias para o futuro e propostas avançadas.

Igualmente é devido um agradecimento ao Conselho de Administração da Fundação da Juventude pela cedência do Palácio das Artes e colaboração na divulgação e montagem da Venda Privada no Porto.

Aos representantes da Câmara Municipal de Lisboa, da EGEAC, da Secretaria de Estado da Cultura e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que connosco discutiram soluções no âmbito do Grupo de Trabalho que procurou ir ao encontro de soluções para a celebração de parcerias institucionais, um agradecimento pela disponibilidade e pelos contributos.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e respetivos Vereadores e ao Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e respetivos Membros da Mesa, deixamos um reconhecimento especial pela forma como afirmaram o seu apoio claro e inequívoco para a continuidade do projeto.

E, porque à data da apresentação deste Relatório e Contas terminou o seu mandato no Conselho de Administração, um reconhecimento especial e um louvor à administradora não executiva, Dra. Ana Rita Leite de Faria Horta e Costa Calvi de Bergolo, pela dedicação, forte

envolvimento e responsabilidade institucional que demonstrou ao longo dos 3 anos de mandato.

E por fim, um agradecimento aos membros do Conselho de Curadores e ao Fiscal Único pela disponibilidade e permanente apoio e contributos para encontrar soluções e afirmar em vários quadrantes da sociedade em geral a missão principal da FRESS, dando continuidade ao legado do Fundador, Dr. Ricardo do Espírito Santo Silva.

Lisboa, 29 de Novembro de 2016

Conselho de Administração



Three handwritten signatures in blue ink, likely representing members of the Conselho de Administração.

CONTAS 2015

16-04-15
V S O

BALANÇO

15
16 3 2



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	NOTAS	31-12-2015	31-12-2014
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	5/7	30.016.772,27	30.129.802,98
Ativos intangíveis	6	27.488,19	43.016,53
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	15	9.540,55	8.583,06
Outros ativos financeiros	15	1.482,13	1.082,57
Total ativo não corrente		30.055.283,14	30.182.485,14
ATIVO CORRENTE			
Inventários	9	2.831.130,88	3.137.604,63
Clientes	15	41.978,44	107.641,10
Estado e outros entes públicos	15	21.718,56	19.028,97
Outras contas a receber	15	19.448,91	22.483,05
Diferimentos	17	37.422,68	38.193,97
Caixa e depósitos bancários	8	110.326,93	26.933,76
Total ativo corrente		3.062.026,40	3.351.885,48
Total do activo		33.117.309,54	33.534.370,62
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		9.807.902,38	9.807.902,38
Reservas legais		15.549,96	15.549,96
Outras reservas		2.621.845,46	2.621.845,46
Resultados transitados		(20.196.577,52)	(19.118.110,93)
Excedentes de revalorização		14.841.822,38	14.841.822,38
Outras variações nos Fundos Patrimoniais		22.418.545,69	22.418.545,69
Resultado líquido do período		(1.131.672,40)	(1.078.466,59)
Total do fundo de capital	17	28.377.415,95	29.509.088,35
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	11	7.910,76	7.910,76
Total do passivo não corrente		7.910,76	7.910,76
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	15	452.284,72	152.239,30
Adiantamentos de clientes	15	-	67.534,40
Estado e outros entes públicos	15	160.994,04	216.629,18
Financiamentos obtidos	15	3.041.533,11	2.979.851,69
Fornecedores de investimento	15	21.800,56	29.101,11
Outras contas a pagar	15	1.018.364,05	455.087,96
Diferimentos	17	37.006,35	116.927,87
Total do passivo corrente		4.731.982,83	4.017.371,51
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		33.117.309,54	33.534.370,62

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Patrícia Cruz Costa

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

14 8 0

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

15/08/2014



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2015	31-12-2014
Vendas e serviços prestados	10	1.827.888,64	1.236.044,01
Subsídios à exploração	17	574.539,42	1.025.783,44
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	17	(142,51)	(153,80)
Variação nos inventários da produção	9	(223.048,96)	(236.899,89)
Trabalhos para a própria entidade	17	12.267,37	6.717,65
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(299.275,68)	(42.552,86)
Fornecimentos e serviços externos	17	(835.740,49)	(677.732,73)
Gastos com o pessoal	16	(1.737.242,07)	(1.869.489,89)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	12.403,47	(228.991,08)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(33.032,15)	(12.110,73)
Outros rendimentos e ganhos	17	27.028,43	63.633,22
Outros gastos e perdas	17	(167.318,78)	(68.864,49)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		(841.673,31)	(804.617,15)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	(140.924,93)	(142.161,42)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		(982.598,24)	(946.778,57)
Juros e rendimentos similares obtidos	17	2.906,72	-
Juros e gastos similares suportados	17	(151.654,63)	(131.688,02)
Resultado antes de impostos (EBT)		(1.131.346,15)	(1.078.466,59)
Imposto sobre o rendimento do período		(326,25)	-
Resultado líquido do período		(1.131.672,40)	(1.078.466,59)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Patrícia Couzcastro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signatures]

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

4/1/2014



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	31-12-2015	31-12-2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2.244.939,42	1.634.246,03
Pagamentos a fornecedores		(1.035.920,89)	(838.518,46)
Pagamentos ao pessoal		(1.447.689,12)	(1.792.907,37)
Caixa gerada pelas operações		(238.670,59)	(997.179,80)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(15.254,78)	(804,94)
Outros recebimentos/pagamentos		398.385,55	810.372,52
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		144.460,18	(187.612,22)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(32.967,97)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	(1.000,00)
Outros ativos		(600,00)	(1.629,75)
		(600,00)	(35.597,72)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(600,00)	(35.597,72)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		110.434,20	1.500.440,03
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		110.434,20	1.500.440,03
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(50.000,00)	(1.060.440,03)
Juros e gastos similares		(120.901,21)	(163.957,57)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	(4.170,12)
		(170.901,21)	(1.228.567,72)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(60.467,01)	271.872,31
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		83.393,17	48.662,37
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		26.933,76	25.560,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período		110.326,93	26.933,76

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Patrícia Cruz Costa

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FLUXOS PATRIMONIAIS

10/10/2018



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em euros)

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundo Património	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transiçãdos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período		
1	1									
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2014		9.807.902,38	15.549,96	2.621.845,46	(18.624.591,43)	14.841.822,38	22.442.564,86	(493.519,50)	30.611.574,11	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	2									
Imputação a resultados da quota parte de subsídios ao investimento					(493.519,50)		(24.019,17)	493.519,50	(24.019,17)	
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais					(493.519,50)		(24.019,17)	493.519,50	(24.019,17)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							(1.078.466,59)	(1.078.466,59)	
RESULTADO EXTENSIVO	4 = 2+3							(584.947,09)	(1.102.485,76)	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5									
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Outras operações										
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2014	1+2+3+5	9.807.902,38	15.549,96	2.621.845,46	(19.118.110,93)	14.841.822,38	22.418.545,69	(1.078.466,59)	29.509.088,35	

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Patrícia Cruz Costa

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signatures]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundo Património	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2015	6	9.807.902,38	15.549,96	2.621.845,46	(19.118.110,93)	14.841.822,38	22.418.545,69	(1.078.466,59)	29.509.088,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Imputação a resultados da quota parte de subsídios ao investimento					(1.078.466,59)			1.078.466,59	
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	17				(1.078.466,59)			1.078.466,59	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							(1.131.672,40)	(1.131.672,40)
RESULTADO EXTENSIVO	9+7+8							(53.205,81)	(1.131.672,40)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Outras operações	10								
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO de 2015	6+7+8+10	9.807.902,38	15.549,96	2.621.845,46	(20.196.577,52)	14.841.822,38	22.418.545,69	(1.131.672,40)	28.377.415,95

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Patrícia Couzco

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1.9
15
8
0

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

421 | 2014

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em Euros)

I – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

I.1 – Designação da Entidade

A FUNDAÇÃO RICARDO DO ESPÍRITO SANTO SILVA, NIF 500122288, doravante designada de “Entidade” ou “Fundação”, foi instituída e reconhecida pelo Decreto-Lei n.º 39 190 de 27 de Abril de 1953 como uma Instituição de Utilidade Pública.

Em consequência da publicação da Lei n.º 24/2012 de 9 de Julho, que aprovou a Lei-Quadro das Fundações, as fundações privadas com estatuto de utilidade pública foram obrigadas a adequar os seus estatutos e a respetiva orgânica ao disposto na referida lei, processo concluído em 12 de Dezembro de 2013 com a publicação dos novos Estatutos no Portal da Justiça.

A Fundação é uma pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública, com sede em Lisboa, na Rua de S. Tomé, n.º 90 – Largo das Portas do Sol, podendo criar delegações ou quaisquer formas de representação onde for considerado necessário ou conveniente para a prossecução dos seus fins, conforme n.º 1 do Artigo 1º dos Estatutos da FRESS.

I.2 – Natureza da Atividade

A Fundação tem por fins o estudo e a defesa das artes decorativas portuguesas, pela manutenção do património cultural e artístico do saber-fazer com elas relacionado, e pelo desenvolvimento das suas vertentes museológicas, académicas, oficinais e de conservação e restauro.

No âmbito da prossecução dos seus fins, a Fundação tem por missão a preservação, divulgação, ensino e investigação das artes decorativas e do saber-fazer com elas relacionado:

- através do Museu de Artes Decorativas Portuguesas, conservando e promovendo a divulgação das artes decorativas e relacionadas nomeadamente da coleção de Artes Decorativas Portuguesas que constitui o acervo museológico da Fundação;

- através de Escolas especificamente vocacionadas para o ensino e investigação nas artes decorativas e em conservação e restauro (ESAD – Escola Superior de Artes Decorativas) e no saber-fazer em artes e ofícios através do Centro de Formação;
- através de Oficinas que asseguram a perpetuação desse saber-fazer e garantem a preservação desse património imaterial;
- através de um Departamento de Conservação e Restauro, vocacionado para a conservação e restauro no domínio das artes decorativas e património em geral.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, preparados de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. Nestes termos as Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas nos termos daquele normativo conforme Aviso nº 6726-B/2011 e Portarias nº 105/2014 e 106/2011 de 14 de Março.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Sistema de Normalização Contabilística) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Fundação preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. A adoção do novo normativo contabilístico não implicou qualquer ajustamento de transição, apenas se procedeu à reclassificação de alguns investimentos (programas de computador), instrumentos financeiros (financiamentos obtidos) e inventários (produtos de economato).

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da FRESS, mantidos de acordo com as NCRF para as Entidades do Setor não Lucrativo em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Fundação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 – Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 – Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 – Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

3.1.5 – Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de Balanço e da Demonstração dos Resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

3.1.6 – Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas

contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consciente em toda a Entidade e ao longo do ano e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação

3.2 – Outras Políticas Contabilísticas:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo o previsto na NCRF-ESNL.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Bens que lhe foram afetos no ato da constituição

Os ativos fixos tangíveis afetos à Fundação no ato da sua constituição, doados pelo seu Fundador (Edifício do Museu e Património Artístico) encontram-se registados ao seu valor de avaliação, determinado e deliberado, em 1985, pelo Conselho Diretivo, no caso do Património Artístico, e com base no Decreto-Lei n.º 399-G/84, no que respeita ao Edifício do Museu e respetivo terreno. Estes bens não são depreciados.

Bens adquiridos após a constituição da Fundação

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após a constituição da Fundação encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas, com exceção do terreno e edifício do Instituto de Artes e Ofícios, os quais foram reavaliados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 10 anos
Equipamentos de transporte	Entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registradas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registradas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas"

ATIVOS INTANGÍVEIS

As despesas com o desenvolvimento e implementação do Portal FRESS encontram-se registradas ao custo de aquisição. Estas despesas têm uma vida útil finita e são apresentadas ao custo de aquisição menos amortizações acumuladas.

A amortização é calculada usando o método das quotas constantes de forma a distribuir o custo das despesas com o Portal FRESS durante a sua vida útil estimada (5 anos).

O custo de aquisição das licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (entre 3 e 5 anos)

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações em subsidiárias são registradas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registradas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das

alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Fundação nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os trabalhos que a empresa realiza para si mesma, sob a sua administração direta, aplicando meios próprios e adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu ativo fixo tangível e ativos fixos tangíveis em curso, e incluem custos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios e donativos à exploração atribuídos à Fundação por entidades e organismos públicos e privados são registados como rendimentos do exercício a que dizem respeito.

INVENTÁRIOS

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

Mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de compra.

Produtos e trabalhos em curso e produtos acabados e intermédios

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios, encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui as matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido como segue:

- o rédito das vendas é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador;
- o rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

O rédito decorrente das vendas e prestação de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à sua aceitação da venda ou prestação do serviço ou quanto à cobrança do produto da venda ou da prestação do serviço.

PROVISÕES

São constituídas provisões sempre que a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de acontecimentos passados e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se registados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas são registadas pelo seu valor nominal, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por Imparidade" em contas a receber. As perdas por imparidade são baseadas numa avaliação de probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos e outros fatores. Normalmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar são registadas pelo método de custo, dado de incluem na sua generalidade valores a pagar de curto prazo, decorrentes da atividade operacional da empresa.

Empréstimos

Os empréstimos encontram-se registados no passivo, sendo mensurados de acordo com o método do custo. Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

Benefícios aos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem vencimentos, complementos de desempenho, isenção de horário de trabalho, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação e subsídio de férias e natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios a curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes

encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da FRESS.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

4.1 – Alteração voluntária de políticas contabilísticas:

No decurso do período findo em 31 de Dezembro de 2015 não ocorreram alterações às políticas contabilísticas adotadas.

4.2 – Alteração em estimativas contabilísticas:

No decurso do período findo em 31 de Dezembro de 2015, não foram efetuadas alterações na metodologia de cálculo das estimativas.

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 – Movimentos ocorridos no período

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos no anterior Ponto 3.2.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto à medida que são incorridas de acordo com o regime do acréscimo.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando os aumentos, as alienações e os abates, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:

Descrição	31-12-2014	Aumentos	Alienação	Transferência	31-12-2015
Terrenos e recursos naturais	2.653.389,53	-	-	-	2.653.389,53
Edifícios e outras construções	4.061.521,01	97,55	-	-	4.061.618,56
Equipamento básico	669.635,77	-	-	740,09	670.375,86
Equipamento de transporte	74.155,80	-	15.398,92	-	58.756,88
Equipamento administrativo	678.626,36	-	-	-	678.626,36
Outros ativos fixos tangíveis	24.358.990,42	-	-	-	24.358.990,42
Investimentos em curso	59.932,15	12.268,33	-	(740,09)	71.460,39
Ativo tangível bruto	32.556.251,04	12.365,88	15.398,92	-	32.553.218,00
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	955.993,49	93.599,16	0,00	-	1.049.592,65
Equipamento básico	541.405,03	19.535,93	0,00	-	560.940,96
Equipamento de transporte	62.934,82	2.275,77	15.398,92	-	49.811,67
Equipamento administrativo	818.104,98	5.045,26	0,00	-	823.150,24
Outros ativos fixos tangíveis	48.009,74	4.940,47	0,00	-	52.950,21
Depreciação acumulada	2.426.448,06	125.396,59	15.398,92	-	2.536.445,73
Ativo tangível líquido	30.129.802,98	(113.030,71)	-	-	30.016.772,27

Descrição	31-12-2013	Aumentos	Alienação	Transferência	31-12-2014
Terrenos e recursos naturais	2.653.389,53	-	-	-	2.653.389,53
Edifícios e outras construções	4.061.521,01	-	-	-	4.061.521,01
Equipamento básico	619.857,80	49.777,97	-	-	669.635,77
Equipamento de transporte	74.155,80	-	-	-	74.155,80
Equipamento administrativo	676.335,85	2.290,51	-	-	678.626,36
Outros ativos fixos tangíveis	24.352.740,98	6.249,44	-	-	24.358.990,42
Investimentos em curso	101.752,04	11.606,90	-	(53.426,79)	59.932,15
Ativo tangível bruto	32.539.753,01	69.924,82	-	(53.426,79)	32.556.251,04
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	861.004,33	94.989,16	-	-	955.993,49
Equipamento básico	520.422,68	20.982,35	-	-	541.405,03
Equipamento de transporte	60.659,05	2.275,77	-	-	62.934,82
Equipamento administrativo	811.409,18	6.695,80	-	-	818.104,98
Outros activos fixos tangíveis	42.135,96	5.873,78	-	-	48.009,74
Depreciação acumulada	2.295.631,20	130.816,86	-	-	2.426.448,06
Ativo tangível líquido	30.244.121,81	(60.892,04)	-	(53.426,79)	30.129.802,98

Os outros ativos fixos tangíveis em 31 de Dezembro de 2015, têm a seguinte composição:

Acervo do Museu, afeto à Fundação no ato da sua constituição	23.999.383,93
Benfeitorias no acervo do Museu	178.664,21
Bibliotecas	68.391,53
Obras diversas/Desenhos	25.984,77
Outros	86.565,98
	<u>24.358.990,42</u>

5.2 – Garantias

Hipoteca sobre o imóvel (edifício do IAO) a favor do Novo Banco, S.A. para garantia da conta corrente caucionada com o montante máximo global de 3.000.000,00€.

6 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos no anterior Ponto 3.2.

Descrição	31-12-2014	Aumentos	31-12-2015
Programas de computador	149.474,47	-	149.474,47
Portal FRESS	139.305,57	-	139.305,57
Investimentos em curso	3.100,00	-	3.100,00
Ativo intangível bruto	291.880,04	-	291.880,04
Amortizações acumuladas			
Programas de computador	109.557,96	15.528,34	125.086,30
Portal FRESS	139.305,55	-	139.305,55
Amortizações acumuladas	248.863,51	15.528,34	264.391,85
Ativo intangível líquido	43.016,53	(15.528,34)	27.488,19

Descrição	31-12-2013	Aumentos	31-12-2014
Programas de computador	134.363,35	15.111,12	149.474,47
Portal FRESS	139.305,57	-	139.305,57
Investimentos em curso	3.100,00	-	3.100,00
Ativo intangível bruto	291.880,04	15.111,12	291.880,04
Amortizações acumuladas			
Programas de computador	98.213,40	11.344,56	109.557,96
Portal FRESS	139.305,55	-	139.305,55
Amortizações acumuladas	248.863,51	11.344,56	248.863,51
Ativo intangível líquido	43.016,53	3.766,56	43.016,53

7 - LOCAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2015 a Fundação é locatária num contrato de locação financeira relacionado com a aquisição de uma viatura ligeira de mercadorias.

	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Viatura Peugeot Boxer 84-MO-73	18.206,16	9.103,08	9.103,08
	18.206,16	9.103,08	9.103,08

A responsabilidade relativa a estes contratos encontra-se reflectida na rubrica de financiamentos obtidos.

Os contratos de locação financeira têm subjacente uma taxa de juro fixa, não se encontrando expostos às situações do mercado.

A Fundação tem a opção de compra do referido equipamento efetuando o pagamento do respetivo valor residual, acrescido do Iva à taxa em vigor.

	Valor Residual
Viatura Peugeot Boxer 84-MO-73	3.641,24
	3.641,24

8 – FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014
Caixa	19.638,02	13.519,73
Depósitos à ordem	90.688,91	13.414,03
	110.326,93	26.933,76

9 – INVENTÁRIOS

9.1 – Mercadorias/Matérias-Primas/Produtos Acabados e Intermédios/Produtos e Trabalhos em Curso

	Saldo em 31-12-2015			Saldo em 31-12-2014		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias:						
Mercadorias em armazém	454.448,25	-	454.448,25	463.136,41	-	463.136,41
Mercadorias em trânsito	1.512,37	-	1.512,37	948,83	-	948,83
Mercadorias em poder de terceiros	12.017,75	-	12.017,75	12.017,75	-	12.017,75
	467.978,37	-	467.978,37	476.102,99	-	476.102,99
Matérias-primas, subsidiárias e de consumos:						
Matérias-primas	201.687,06	11.223,64	190.463,42	257.928,29	11.223,64	246.704,65
Embalagens de consumo	7.971,86	-	7.971,86	28.639,51	-	28.639,51
Materiais diversos	1.584,32	-	1.584,32	30.155,19	-	30.155,19
	211.243,24	11.223,64	200.019,60	316.722,99	11.223,64	305.499,35
Produtos acabados e intermédios	1.767.581,24	216.587,61	1.550.993,63	2.025.771,94	228.991,08	1.796.780,86
Produtos e trabalhos em curso	602.208,77	-	602.208,77	559.221,43	-	559.221,43
Adiantamentos por conta de compras	9.930,51	-	9.930,51	-	-	-
Total Inventário	3.058.942,13	227.811,25	2.831.130,88	3.377.819,35	240.214,72	3.137.604,63

9.2 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 31 de Dezembro de 2015

	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	476.102,99	316.722,99	792.825,98
Compras	351.994,41	59.741,07	411.735,48
Regularizações	(85.311,97)	(151.975,84)	(237.287,81)
Inventários finais	467.978,37	200.019,60	667.997,97
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	274.807,06	24.468,62	299.275,68

9.3 - Demonstração da variação nos inventários de produção em 31 de Dezembro de 2015

	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Saldo inicial	1.796.780,86	559.221,43	2.356.002,29
Regularizações	(236.836,68)	-	(236.836,68)
Saldo final	1.767.581,24	602.208,77	2.369.790,01
Variação dos inventários da produção	266.036,30	(42.987,34)	223.048,96

10 - RÉDITO

	2015	2014	Variação
Vendas			
Produto acabado	701.202,86	363.802,55	337.400,31
Edições e publicações	8.072,42	12.429,77	(4.357,35)
Outras mercadorias	371.948,59	19.402,74	352.545,85
Materiais de consumo	183,71	249,32	(65,61)
	1.081.407,58	395.884,38	685.523,20
Prestações de serviços			
Cursos - mensalidades e inscrições	322.441,91	398.992,70	(76.550,79)
Conservação e restauro	344.702,13	340.797,30	3.904,83
Entradas no museu	36.870,70	39.130,10	(2.259,40)
Cedência de espaços	7.260,00	22.050,00	(14.790,00)
Serviços secundários (exploração dos bares)	2.400,00	2.400,00	-
Visitas guiadas / serviços educativos	18.371,25	18.121,00	250,25
Outros	14.435,07	18.668,53	(4.233,46)
	746.481,06	840.159,63	(93.678,57)
Vendas e prestações de serviços	1.827.888,64	1.236.044,01	591.844,63

11 – PROVISÕES

	Saldo 31/12/2014	Reforço	Redução	Saldo 31/12/2015
Processos judiciais em curso	7.910,76	-	-	7.910,76
	7.910,76	-	-	7.910,76

12 – IMPARIDADE DE ATIVOS

	Saldo 31/12/2014	Reforço	Reversão	Saldo 31/12/2015
Perdas por Imparidade:				
Em dívidas a receber de clientes	110.065,20	43.177,15	10.145,00	143.097,35
Em outras dívidas de terceiros	5.933,66	-	-	5.933,66
Em Inventários - Produtos Acabados e Intermédios	228.991,08	70.817,22	83.220,69	216.587,61
	344.989,94	113.994,37	93.365,69	365.618,62

13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Fundação encontra-se abrangida por um estatuto de isenção fiscal em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, decorrente das atividades de carácter cultural e de interesse público que desenvolve.

15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são detalhados conforme se segue:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>
Depósitos à ordem - Novo Banco, S.A.	37.891,87	32.193,80
Empréstimos bancários - Novo Banco, S.A.	3.000.000,00	2.940.000,00
Locação Financeira - Santander Contrato n.º2011/093086/01	3.641,24	7.657,89
	<u>3.041.533,11</u>	<u>2.979.851,69</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de “Empréstimos bancários” corresponde a uma conta corrente caucionada no Novo Banco, S.A., cujos juros se vencem trimestralmente a taxas de mercado.

Estado e Outros Entes Públicos

	<u>Saldo em 31/12/2015</u>		<u>Saldo em 31/12/2014</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Imposto sobre o rendimento - estimativa	-	326,25	-	-
Retenção de impostos sobre rendimentos	-	54.640,75	-	60.501,82
Imposto sobre o valor acrescentado	21.120,48	16.681,44	18.364,85	84.222,73
Contribuições para a Segurança Social	-	88.208,03	-	70.679,22
Caixa Geral de Aposentações	-	-	664,12	-
ADSE	-	1.137,57	-	1.137,57
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	598,08	-	-	87,84
	<u>21.718,56</u>	<u>160.994,04</u>	<u>19.028,97</u>	<u>216.629,18</u>

Em 31 de Dezembro de 2015, não existiam dívidas ao Estado em situação de mora.

Investimentos Financeiros

Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

	<u>Saldo</u> <u>01/01/2015</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Varição nos</u> <u>Resultados</u>	<u>Saldo</u> <u>31/12/2015</u>
Participações de Capital	5.433,16	-	(142,51)	5.290,65
Empréstimos Concedidos	3.149,90	1.100,00	-	4.249,90
	<u>8.583,06</u>	<u>1.100,00</u>	<u>(142,51)</u>	<u>9.540,55</u>

Outros Investimentos Financeiros

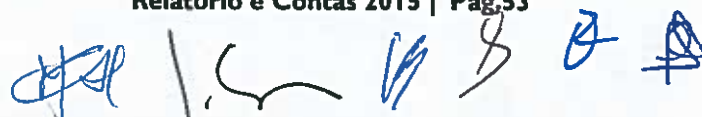
Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2015, o movimento ocorrido na rubrica foi o seguinte:

	<u>Saldo</u> <u>01/01/2015</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Saldo</u> <u>31/12/2015</u>
Fundo compensação do trabalho - FCT	1.082,57	399,56	1.482,13
	<u>1.082,57</u>	<u>399,56</u>	<u>1.482,13</u>

Fornecedores, clientes/, outras contas a receber e a pagar, Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de fornecedores, clientes, outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014
Activos		
Cientes		
Cientes conta corrente	4.560,05	100.416,92
Cientes cobrança duvidosa	180.515,74	117.289,38
Perdas por imparidade acumuladas	143.097,35	110.065,20
	41.978,44	107.641,10
Outras contas a receber		
Ergsilva, Lda	-	1.000,00
I.E.F.P.-Instituto Emprego e Formação Profissional	-	475,02
Devedores diversos	25.382,57	26.941,69
Perdas por imparidade acumuladas	5.933,66	5.933,66
	19.448,91	22.483,05
Total do activo	61.427,35	130.124,15
Passivos		
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	412.111,63	146.691,05
Fornecedores recepção e conferência	40.173,09	5.548,25
	452.284,72	152.239,30
Adiantamentos de clientes	-	67.534,40
Fornecedores de investimentos		
Fornecedores de investimentos - Contas Gerais	3.291,01	3.291,33
Fornecedores de investimentos - Títulos a Pagar	18.509,55	25.809,78
	21.800,56	29.101,11
Outras contas a pagar		
Remunerações a pagar ao pessoal	293.399,80	173.129,44
Remunerações a liquidar	229.286,91	255.872,02
Outros acréscimos de custos	65.764,36	-
Adiantamento por conta de vendas	411.196,52	-
Juros a liquidar	-	2.050,34
Credores diversos	18.716,46	24.036,16
	1.018.364,05	455.087,96
Total do passivo	1.492.449,33	703.962,77
Total líquido	(1.431.021,98)	(573.838,62)



16 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

16.1 – Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Gastos com pessoal	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014
Vencimentos	1.298.121,59	1.386.826,93
Encargos s/ remunerações (Seg. Social/CGA/ADSE/FGCT)	290.317,01	312.444,03
Subsídio de alimentação	104.005,41	109.902,75
Seguros de acidentes de trabalho	15.316,08	14.510,72
Indemnizações ao Pessoal	5.720,91	3.402,21
Estágios profissionais	-	13.091,64
Formação	-	95,00
Custos de ação social	7.142,74	6.771,43
Horas extraordinárias	6.838,17	3.342,33
Medicina, higiene e segurança no trabalho	3.255,16	4.068,67
Ajudas de custo	6.525,00	14.735,00
Outros	0,00	299,18
Total	1.737.242,07	1.869.489,89

O número médio de empregados no exercício foi de 97.

16.2 – Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

Em consequência da alteração dos Estatutos da FRESS, que ocorreu em Dezembro de 2013, passou a existir o Conselho de Curadores constituído por um número ímpar de elementos, num máximo de onze, o Conselho de Administração constituído por um número ímpar de membros, com um mínimo de três. Em Janeiro de 2015 foi substituído o Presidente e Administrador Executivo, Dr. Luis Ferreira Calado, pela Dr^a Maria da Conceição Alves Amaral, tendo sido reconduzidas as duas Administradoras não executivas Dr^a. Ana Rita Leite Faria Horta e Costa Calvi di Bergolo e Dr^a. Vanessa Fiúza Salgado Gonçalves da Costa.

16.3 – Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos.

A Presidente do Conselho de Administração desempenhou, a tempo inteiro, o cargo de Administradora Executiva, único cargo remunerado, cujas remunerações ilíquidas ascenderam a 63.706,54€.

Os restantes elementos do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores, por decisão dos próprios, não receberam, nem recebem senhas de presença ou quaisquer outros abonos.

17 – OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1 - Fornecimentos e Serviços Externos

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2014</u>
Honorários	246.937,73	212.774,15
Vigilância e segurança	43.852,04	34.670,63
Trabalhos especializados	49.056,79	39.647,92
Limpeza, higiene e conforto	73.705,79	78.777,31
Publicidade e propaganda	1.901,45	891,46
Seguros	36.289,43	31.068,41
Conservação e reparação	22.388,24	21.344,69
Electricidade	33.820,62	36.188,77
Comunicação	38.461,89	43.913,80
Material de escritório	2.404,43	3.994,71
Sub-contratos	24.574,03	20.494,00
Água	4.043,65	3.983,41
Rendas e Alugueres	62.086,58	73.857,31
Deslocações e estadas	26.101,28	831,45
Combustíveis	4.304,66	8.006,25
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.295,55	2.731,62
Material para exposições	42,62	27,47
Transporte de mercadorias e pessoas	74.122,43	8.705,49
Comissões	-	400,00
Livros e documentação técnica	99,98	-
Contencioso e Notariado	4.501,78	2.963,77
Outros Fluidos (gás)	227,91	630,03
Matérias primas / Consumíveis	46.647,05	19.510,00
Outros	38.874,56	32.320,08
	<u>835.740,49</u>	<u>677.732,73</u>

Dos montantes mencionados nas Rubricas Honorários e Trabalhos Especializados, € 172.676,80 correspondem a honorários pagos a professores no âmbito dos cursos ministrados pela Fundação.

17.2 – Trabalhos para a Própria Entidade

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2014</u>
Outros Ativos Fixos Tangíveis	919,49	2.174,43
Restauro do Acervo do Museu	11.347,88	4.543,22
	<u>12.267,37</u>	<u>6.717,65</u>

17.3 – Subsídios à Exploração

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2014</u>
Estado e Outros Entes Públicos		
Ministério da Cultura – F.F.Cultural	140.000,00	140.000,00
I.E.F.P.	769,07	11.232,84
Agência Nacional PROALV	350,00	-
Câmara Municipal de Lisboa	150.000,00	-
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	180.000,00	-
	<u>471.119,07</u>	<u>151.232,84</u>
De Outras Entidades		
Grupo Banco Espírito Santo	-	638.895,60
C ^a . Seguros Tranquilidade	-	85.000,00
Amigos da FRESS	26.085,35	67.680,00
Esegur	36.900,00	39.975,00
Outros	40.435,00	43.000,00
	<u>103.420,35</u>	<u>874.550,60</u>
	<u>574.539,42</u>	<u>1.025.783,44</u>

17.4 - Outros gastos e perdas/Outros rendimentos e ganhos

	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014
Outros gastos e perdas		
Impostos indirectos	23.547,76	21.330,59
Taxas	7.760,83	18.128,50
Perdas em inventários	114.841,26	11.597,58
Correcções relativas a exercícios anteriores	11.434,51	3.276,27
Quotizações	1.328,00	1.667,43
Ofertas de inventários	3.987,52	1.516,19
Multas e penalidades	-	225,29
Indemnização - Processos Judiciais	-	5.000,00
Outros gastos e perdas	4.418,90	232,69
Contribuições Seg.Social Entidade Contratante	-	5.085,01
Insuficiência para estimativa de impostos	-	804,94
	167.318,78	68.864,49
Outros rendimentos e ganhos		
Sobras em inventários	1.350,89	8.035,61
Subsídios para investimentos	-	24.019,17
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	2,46
Alienações	406,50	-
Rendimentos e Ganhos em Invest. não Financeiros	17.000,00	15.000,00
Outros rendimentos e ganhos	8.271,04	16.575,98
	27.028,43	63.633,22

17.5 - Gastos e perdas em subsidiárias, associadas

	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas	142,51	153,80
	142,51	153,80

17.6 - Gastos e perdas de financiamento/ Juros, dividendos e outros rendimentos similares

	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados Empréstimos Bancários	149.692,83	130.589,87
Juros de mora e compensatórios	1.592,21	467,16
Outros gastos e perdas de financiamento	369,59	630,99
	151.654,63	131.688,02
Juros e outros rendimentos similares		
Juros Obtidos	2.906,72	-
	2.906,72	-

17.7 - Diferimentos

Diferimentos	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Seguros	7.076,61	8.294,76
Gastos a reconhecer - Economato	14.294,42	14.977,74
Rendas e alugures	2.450,00	5.185,37
Outros	13.601,65	9.736,10
	37.422,68	38.193,97
Passivos		
Rendimentos a reconhecer		
Monografia e ourivesaria	5.505,75	5.505,75
Livros Iguarassú	29.500,60	29.500,60
I.E.F.P.	-	462,58
Câmara Municipal de Lisboa	-	-
Bubbletime, Lda	2.000,00	1.000,00
Associação Nacional de Farmácias	-	80.458,94
	37.006,35	116.927,87

17.8 – Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2015, o Fundo de Património da Fundação ascendia a 9.807.902,38 Euros, montante que resulta da valorização dos bens afetos à atividade da Fundação à data da sua constituição (Edifício do Museu e Património Artístico), doados pelo seu fundador, Senhor Dr. Ricardo do Espírito Santo Silva, aos quais foi atribuído à data da constituição da Fundação o valor de, aproximadamente, 1.740.805,00 Euros.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, o movimento ocorrido nas rubricas de Fundos Patrimoniais foi o seguinte:

Rubricas	Fundos Patrimoniais			
	Saldo Inicial	Movimentos	Aplicação do Resultado	Saldo Final
Fundo de Património	9.807.902,38	-	-	9.807.902,38
Reservas legais	15.549,96	-	-	15.549,96
Outras reservas	2.621.845,46	-	-	2.621.845,46
Excedentes de revalorização	14.841.822,38	-	-	14.841.822,38
Outras variações nos Fundos	22.418.545,69	-	-	22.418.545,69
Resultados transitados	(19.118.110,93)	-	(1.078.466,59)	(20.196.577,52)
Resultado líquido do período	(1.078.466,59)	(1.131.672,40)	1.078.466,59	(1.131.672,40)
	29.509.088,35	(1.131.672,40)	-	28.377.415,95

A rubrica de Excedentes de revalorização respeita à reavaliação do acervo do museu e edifício e terreno do museu e do Instituto de Artes e Ofícios, efetuada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, no montante de 14.677.219,07 Euros e à reavaliação, efetuada em 1985, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 399-G/84, do edifício onde se encontra localizado o Museu da Fundação e do respetivo terreno, no montante de 164.603,31 Euros.



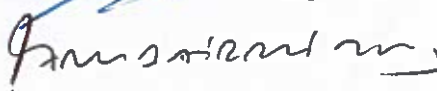
Do valor da rubrica de Outras reservas no montante de 2.621.845,46 Euros, 1.870.492,11 Euros correspondem a um subsídio extraordinário concedido pelo Ministério das Finanças em 1997, para redução do passivo bancário da Fundação. Este subsídio extraordinário, foi diretamente depositado no Banco Espírito Santo de forma a reduzir a conta corrente mantida com aquela entidade. Dado não se destinar a financiar atividades correntes ou despesas de funcionamento da Fundação, o mesmo foi registado diretamente nos Fundos Patrimoniais.

Do valor da rubrica de Outras variações nos fundos patrimoniais, no montante de 22.418.545,69 Euros, 18.000.000,00 Euros correspondem a um subsídio extraordinário concedido pela Secretaria-Geral do Tesouro - Ministério das Finanças e pelo Banco Espírito Santo, em partes iguais, para liquidação do valor da dívida bancária da Fundação. Este subsídio extraordinário, como não se destinou a financiar atividades correntes ou despesas de funcionamento da Fundação, foi registado diretamente nos Fundos Patrimoniais.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Patrícia Cruz Costa

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




FUNDAÇÃO RICARDO DO ESPÍRITO SANTO SILVA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores

- 1 - Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções, o fiscal único examinou o relatório do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no Fundo Patrimonial, a demonstração de fluxos de caixa e as respectivas notas anexas da "Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva", respeitante ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e consequentemente vem submeter à vossa apreciação o seu relatório e parecer.
- 2 - No ano anterior efectuámos a revisão das demonstrações financeiras e elaborámos, igualmente, o respectivo relatório, parecer e certificação legal das contas.
- 3 - Cumpre-nos referir que, durante o exercício de 2015, a actividade da Fundação foi fortemente condicionada por falta de subsídios, principalmente dos mecenas, que levaram a uma forte contenção das despesas, não tendo sido ressarcida plenamente pelos rendimentos esperados da sua actividade.
- 4 - No decurso do ano económico, acompanhámos com assiduidade o desenvolvimento da actividade da Fundação e a sua gestão, tendo recebido da Administração e dos Serviços todos os esclarecimentos e apoios julgados convenientes para o cumprimento das nossas funções.
- 5 - Os nossos exames foram efectuados de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, através de testes e verificações dos registos e dos documentos de contabilidade que consideramos necessários nas circunstâncias.
- 6 - Durante o exercício em apreço verificámos com regularidade os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de apoio.
- 7 - Desenvolvemos trabalho relativo à conferência dos valores patrimoniais da empresa e através do método da amostragem constatámos que foram seguidos os procedimentos contabilísticos geralmente aceites.



- 8 - No decorrer do exercício analisámos a movimentação ocorrida nas contas do activo fixo tangível e verificámos que as taxas de depreciação aplicadas se contêm nos limites legalmente estabelecidos.
- 9 - A Fundação, por um lado reforçou, em 43.177 euros as imparidades de dívidas a receber, tendo por outro recuperado 10.145 euros de valores a receber.
- 10 - O Relatório do Conselho de Administração menciona os factos administrativos mais significativos e contém referências aos negócios sociais esclarecendo a gestão do exercício.
- 11 - Em nossa opinião, excepto quanto às reservas referidas na certificação legal das contas, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no Fundo Patrimonial, a demonstração de fluxos de caixa e as respectivas notas anexas representam adequadamente o património social bem como os resultados referentes ao exercício de 2015.
- 12 - Com base no Relatório exposto, somos de parecer:
 - 1º - Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, tal como são apresentadas, referentes ao exercício de 2015;
 - 2º - Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido do período.
 - 3º - Que seja aprovado um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma criteriosa como conduziu a difícil actividade da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.

Lisboa, 19 de Dezembro de 2016

O FISCAL ÚNICO

José Maria Ribeiro da Cunha
Em representação de:
"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas"



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da “Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 33.117.309 euros e um total de fundos patrimoniais de 28.377.415 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.131.672 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no fundo patrimonial, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7.1, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

- 7.1 - A Fundação apresenta ativos fixos tangíveis no valor de 30.3016.772 euros, dos quais 23.999.384 euros são relativo ao acervo do museu doado pelo Fundador. Constatámos que este valor resulta do capital inicial no montante de 1.740.805 euros e de reavaliações efetuadas no valor de 22.258.579 euros, relativamente às quais não nos foram disponibilizados os respetivos cálculos e documentos de suporte. Cumpre-nos referir que este acervo não foi sujeito a avaliações independentes, avaliações estas que deveriam estar estimadas a preços correntes de mercado, isto é, ao seu valor atual ou ao justo valor que é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista nenhum relacionamento entre elas. Face ao exposto não nos é possível concluir sobre a adequação do saldo de 23.999.384 euros registado, a 31 de Dezembro de 2015, na rubrica ativos fixos tangíveis.

- 7.2 - A Fundação tem contabilizado em ativos fixos tangíveis o imóvel do museu no valor de 1.463.000 euros. Contudo, a Fundação não tem a certidão do registo predial definitiva a confirmar a sua titularidade, mas possui uma certidão provisória emitida em Fevereiro de 2016.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito do ajustamento que poderia revelar-se necessário caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7.1 e exceto quanto ao efeito da situação descrita no parágrafo 7.2, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da "Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva", em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as entidades do sector não lucrativo.



ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos 8 e 10, queremos referir que:

1. A Fundação tem registado em Inventários o valor de 2.831.130 euros dos quais 1.550.993 euros referem-se a produtos acabados. A rotatividade destes produtos continua a ser diminuta. Não obstante, a Fundação tem registado perdas por imparidade de inventários no valor de 216.587 euros.

Apesar de não existirem procedimentos internos instituídos, para realmente determinar se as imparidades acima descritas são suficientes, o Conselho de Administração considerou adequado aquele montante registado.

2. A análise efetuada à área de cobertura de seguros veio revelar que os montantes dos capitais seguros dos bens que compõem o ativo fixo tangível são consideravelmente inferiores aos montantes dos respetivos valores contabilísticos, pelo que se recomenda a sua atualização.

Queremos referir, como evento subsequente ao encerramento das demonstrações financeiras de 2015, que o Conselho de Administração está a proceder à inventariação dos bens para actualização da cobertura dos capitais seguros.

3. No exercício de 2014, referimos a seguinte ênfase:

“Como evento subsequente ao encerramento das demonstrações financeiras, informamos que foi instaurado um processo de ação comum, no valor de 253.396,00 €, tendo a Fundação sido notificada pelo Tribunal da Comarca de Lisboa. Fomos informados pelo Conselho de Administração que é previsível que o resultado do processo seja favorável à Fundação.”

Cumpramos referir que, em Junho de 2016, teve lugar o julgamento e a decisão foi favorável à Fundação, sendo condenada, apenas, ao pagamento de um mês de vencimento. Desconhecemos se irá recorrer da decisão.

Contudo, o Conselho de Administração, considerando que a decisão foi favorável à Fundação, optou por não constituir qualquer provisão.

4. Os rendimentos da Fundação provêm, fundamentalmente, de apoios financeiros mecenáticos e de subsídios do Estado.

Cumpramos referir que o exercício de 2015 continua fortemente afetado pelo impacto devido à crise económica generalizada que veio prejudicar de forma significativa os subsídios provenientes do Estado, mas também muito devido à uma quebra acentuada de donativos mecenáticos financeiros para o desenvolvimento da atividade da Fundação.

Face ao exposto, o Conselho de Administração continua a desenvolver com todo o seu empenho, a continuidade da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 19 de Dezembro de 2016

José Maria Ribeiro da Cunha
Em representação de:
"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas"